

A VIOLAÇÃO DAS MÁXIMAS CONVERSACIONAIS NO GÊNERO TEXTUAL ENTREVISTA

Sheila Costa de Farias UFPB/CCA/DCFS – AREIA

Focalizamos nesse estudo a violação das máximas conversacionais no gênero textual entrevista. Para tanto, nos fundamentamos teoricamente nos pressupostos de Grice (1982). O *corpus* da nossa análise é constituído de uma entrevista, publicada no *site* da emissora Rede Globo, com o então candidato a presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. Verificamos que, no transcorrer da entrevista, máximas conversacionais são quebradas em respostas dadas pelo interlocutor (entrevistado). Acreditamos que propiciar a prática da leitura em sala de aula atentando para a quebra das máximas citadas pode ser relevante, uma vez que pode levar o aluno a olhar o texto sob uma perspectiva argumentativa.

Palavras-chave: máximas conversacionais; entrevista; leitura.

0. Introdução

Neste trabalho, descreveremos como funciona a violação das máximas conversacionais no gênero textual entrevista. Para tal, recorreremos, como aporte teórico, aos textos de Grice (1982).

Como *corpus*, selecionamos o texto que diz respeito à entrevista, efetuada pelos jornalistas Willian Bonner e Fátima Bernardes, realizada com o então candidato a presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, vulgo Lula, veiculada no Jornal Nacional, da emissora Rede Globo, em 10 de agosto de 2006, e publicada no *site* da referida emissora.

1. Pressupostos teóricos

A Pragmática é uma disciplina com tentáculos teóricos que focam a língua sob determinados olhares. Mas, embora com fundamentos divergentes, há pontos que são comuns entre esses teóricos, dos quais, o que nos interessa é o conceito de contexto, que segundo Armengaud (2006, p.13) diz respeito à “situação concreta em que os atos de fala são emitidos, ou proferidos, o lugar, o tempo, a identidade dos falantes etc., tudo o que é preciso saber para entender e avaliar o que é dito”.

Dentre as vertentes teóricas, nos acostaremos à “Teoria dos atos de fala”, nos moldes de Austin (1990) e Searle (2002). Tal teoria assevera que uma mensagem verbal, não raro, não é apenas transmissão exata de informação. Exemplificando, o locutor ao pronunciar o enunciado “Vai chover” pode gerar interpretações diversas, ou seja, o interlocutor pode entender que o locutor o está chamando para ir embora em virtude da chuva; ou está lhe justificando que não pode atender ao seu convite para sair devido à chuva; ou ainda, pode estar lhe propondo que seja procurado um abrigo para se protegerem da chuva.

Mais especificamente, nos deteremos na pragmática conversacional de Grice (1982). Conforme Marcondes (2005, p.29), de acordo com a teoria de Grice, “toda expressão linguística deve ser interpretada levando-se em conta seu contexto de uso”. Retomando o exemplo dado “Vai chover”, o interlocutor fará as interpretações regido pelo contexto, ou seja, quem é o locutor, o tom utilizado por este ao emitir o enunciado, onde e quando o mesmo foi proferido etc. Vale salientar, aqui, a diferença entre implicatura convencional e implicatura conversacional. A primeira se observa a partir de marcas linguísticas escritas no enunciado, enquanto que, a segunda, a partir de fatores extra-linguísticos, por exemplo, a intencionalidade, a situacionalidade, o conhecimento partilhado, a aceitabilidade, enfim, o contexto em que estão situados os interlocutores.

Além disso, conforme Grice (op.cit.), a linguagem é direcionada por um princípio de cooperação: “Faça sua contribuição conversacional tal como é requerida, no momento em que ocorre, pelo propósito ou direção do intercâmbio conversacional em que você está engajado”.

Esse princípio se desdobra em categorias expressas pelas seguintes máximas:

a) Categoria da Quantidade: refere-se à quantidade de informação dada. É subdividida nas máximas que seguem:

- Primeira máxima: “Faça com que sua contribuição seja tão informativa quanto requerido (para o propósito corrente da conversação)”;
- Segunda máxima: “Não faça sua contribuição mais informativa do que é requerido”.

b) Categoria da Qualidade: indica uma supermáxima – “Trate de fazer uma contribuição que seja verdadeira”. Subdivide-se em duas máximas:

- Primeira máxima: “Não diga o que você acredita ser falso”;
- Segunda máxima: “Não diga senão aquilo para que você possa fornecer evidência adequada”.

c) Categoria da Relação: apresenta apenas uma máxima - “Seja relevante”.

Diferentemente das demais, esta máxima não se divide em outras. Nela consiste a contribuição que os interlocutores podem dar, na medida em que eles fornecem informações que, de fato, atendem aos objetivos requeridos em suas interações.

d) Categoria do Modo: relaciona-se a como o que se diz deve ser dito. Apresenta uma supermáxima – “Seja claro”. Esta se desdobra em várias máximas:

- “Evite obscuridade de expressão”;
- “Evite ambigüidades”;
- “Seja breve (evite prolixidade desnecessária)”;
- “Seja ordenado” etc.

As máximas citadas são necessárias para que a comunicação seja bem sucedida, pretendem dar conta de quais seriam as expectativas dos interlocutores quando estão interagindo. Entretanto, em situações de comunicação cotidiana, essas máximas são, com freqüência, violadas, o que gera as implicaturas conversacionais.

Considerando que nos centraremos no gênero textual entrevista, daremos um enfoque, em termos gerais, nesse gênero. Embora concordando com Marcuschi (2000, p. 5) quando afirma que “a questão da classificação é controversa sob vários pontos de vista”, é necessária a escolha por uma classificação para servir como norte na efetuação do nosso trabalho. Optamos pela sistematização proposta por Marcuschi (2000). Conforme este autor, os gêneros textuais são classificados seguindo dois critérios: a) domínios discursivos – “propriedades básicas (...) sócio-pragmaticamente definidas e institucionalmente vinculadas a situações da realidade das práticas diárias” (op. cit., p. 107); e b) modalidades – oral e escrita (op. cit.). A partir desses critérios, Marcuschi (2000) estabelece que a entrevista é um gênero que está no domínio jornalístico e na modalidade oral.

Marcuschi (1988, p. 53) assevera que a entrevista: “não é apenas um tipo de discurso, mas um mecanismo de controle de um indivíduo sobre o outro, o que pode ser considerado um poder institucionalmente derivado, ou seja, intrínseco ao tipo de evento”. Com isso, temos a entrevista como um gênero que está inserido nas relações assimétricas, pois, de acordo com Espíndola (2004, p. 84), apenas “um dos participantes (o entrevistador) será o responsável pela condução da interação”.

Segundo Marcuschi (1988, p. 61), nas relações assimétricas, a quem é dada a responsabilidade de controlar a interação, é concedido o que segue:

- “- selecionar preferencialmente os falantes;
- iniciar e concluir eventos;
- introduzir, incentivar ou retirar tópicos discursivos;
- coordenar as alocações dos turnos, sua extensão etc.;
- produzir preferencialmente determinados tipos de atos de fala;
- definir as formas de polidez;
- definir o estilo, o léxico etc.;
- coordenar as sequenciações;
- avaliar posições, opiniões, situações etc. e muitos outros aspectos, geralmente ligados a relações de desigualdades ou assimetrias”.

2. Análise dos dados

No *corpus* selecionado - entrevista realizada, em 10/08/2006, anterior ao primeiro turno para as eleições, com o então candidato a presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva -, chamou a nossa atenção o fato de o interlocutor, repetidas vezes, não responder, efetivamente, ao que estava sendo questionado. Costumeiramente, a escola prioriza a correção gramatical dos textos escritos, em detrimento das nuances argumentativas veiculadas pela palavra. Acreditamos que, com o trabalho ora proposto, podem surgir contribuições quanto à prática de leitura em sala de aula, uma vez que a palavra seria observada sob o viés argumentativo, e não sob o engessamento gramatical.

A seguir, enfatizaremos alguns enunciados extraídos da citada entrevista, dando destaque à violação das categorias conversacionais propostas por Grice (1982), observando, especificamente, as respostas dadas pelo citado candidato. Salientamos que não serão apresentadas todas as perguntas elaboradas, na citada entrevista, e que, para efeito de organização, estabelecemos uma seqüência para as perguntas e respostas:

1ª Pergunta: William Bonner: *Candidato, o Ministério Público denunciou o que ele chamou de uma quadrilha de 40 integrantes, que teria como núcleo central, nas palavras do procurador, o seu ex-ministro chefe da Casa Civil, José Dirceu e dirigentes do PT, José Genuíno, Silvio Pereira, Delúbio Soares. Segundo a denúncia, eu vou ler um trechinho, os objetivos deles, desse núcleo eram: desviar recursos de órgãos públicos e de estatais para pagar dívidas do PT antigas e novas despesas, tanto da campanha do PT quanto de partidos aliados. E ainda, segundo o procurador, o objetivo deles era garantir que o PT continuasse no poder comprando o apoio de outros partidos, numa referência ao mensalão. Candidato, diante de uma acusação tão dura quanto essa, que parte de um órgão politicamente independente, como fica a questão ética, uma bandeira, um carro-chefe das suas campanhas eleitorais?*

1ª Resposta: Lula: *O órgão independente onde o procurador-geral foi escolhido por mim, sem que eu sequer o conhecesse. Uma demonstração de que o combate à ética significa você permitir que as instituições façam as investigações que possam e precisam fazer. E você sabe perfeitamente bem que o nosso governo, a Polícia Federal, a Controladoria-Geral da União têm trabalhado de forma excepcional para desvendar toda e qualquer denúncia. Obviamente que eu lamento profundamente que companheiros tenham feito coisas que ainda vão ser julgadas, porque há outra uma instância no Supremo Federal, mas nós facilitamos que tudo fosse investigado, afastamos todas as pessoas que estavam na ossada do presidente da República, é o que eu posso fazer, facilitamos o trabalho de todas as CPIs, eu duvido que alguém encontre um deputado que eu procurei para conversar sobre a CPI. A CPI fez seu relatório, mandou para o Ministério Público, o Ministério Público analisou e pediu o indiciamento das pessoas. Agora eu vou ser julgado.*

O locutor questiona a respeito da ética no partido do PT, ao qual pertence o interlocutor. Este, por sua vez, não coloca em pauta a provável falta de ética do partido, e sim que em seu

governo (o entrevistado estava se candidatando, pela segunda vez, a presidente da República) estava havendo a busca pela ética, a partir do momento em que ele estava permitindo que as investigações fossem efetuadas, com ampla liberdade do ministério público, sem a sua interferência. Dessa forma, Lula responde parcialmente à questão, o que faz com que a categoria da quantidade seja quebrada, e conseqüentemente, da relação.

2ª Pergunta: Fátima Bernardes: *Candidato, durante todo esse tempo o senhor disse que não tinha conhecimento dessas irregularidades. Duas questões então: se o senhor insiste nessa declaração, que garantia o senhor pode oferecer ao eleitor de que o senhor não pode ser surpreendido novamente no caso de um futuro mandato por irregularidades cometidas por colaboradores seus?*

2ª Resposta: Lula: *Ah, posso. Deixa eu lhe dizer uma coisa com muita tranquilidade, Fátima. Primeiro, eu tenho a responsabilidade por qualquer erro que qualquer funcionário público cometer no Brasil. São mais de 1,2 milhão. Eu sou o presidente da República, se eles cometerem um erro, direta ou indiretamente, eu tenho responsabilidade de agir. Quando eu fico sabendo, eu puno afastando, faço sindicâncias e as pessoas, então, são investigadas de acordo com a lei. E um ministro não está fora disso e um outro funcionário. Nós temos prendido gente da Polícia Federal.*

A entrevistadora demonstra acreditar que o entrevistado, na função de presidente da República, não tinha conhecimento das irregularidades cometidas por seus colaboradores. Ela questiona quanto à garantia que Lula poderia fornecer para que não mais acontecessem surpresas em seu novo mandato. Ao invés de expor alguma garantia, o interlocutor dá uma resposta irrelevante, ocasionando a violação da categoria da relação, pois não deixa claro que providências poderiam ser antecipadamente efetuadas para evitar que os seus assessores cometessem equívocos. Ademais, o candidato se fez apenas responsável pela efetuação de qualquer erro cometido pelo funcionalismo público.

3ª Pergunta: Fátima Bernardes: *O senhor acha então que o senhor também errou, presidente, no caso dessas denúncias, o senhor também teria errado? O que o senhor poderia fazer de diferente no caso de um novo mandato?*

3ª Resposta: Lula: *Eu só poderia fazer diferente se eu soubesse antes. Eu soube depois que aconteceu. O dado concreto, Fátima, é que muitas vezes, ou por uma fé, ou quem sabe até porque estamos vivendo uma guerra política, as pessoas ousam dizer o seguinte: “olha, mas o presidente deveria saber de tudo”. Ora, vamos ser francos, vamos ser honestos entre nós. Está cheio de famílias que têm problema dentro de casa e a família não sabe. Está cheio de pai e mãe que ficam sabendo que o seu filho cometeu um delito pela imprensa, ou quando a polícia prende. Como é que pode alguém querer que o presidente da República, embora tenha que assumir responsabilidade por todos os lados, saiba o que está acontecendo agora na Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo ligada ao Ministério da Agricultura. Como é que eu posso saber agora o que está acontecendo com os meus ministros que não estão aqui?*

Mais uma vez, a categoria da relação foi violada, pois o interlocutor não responde o que poderia fazer de diferente para evitar irregularidades em um provável novo mandato. Detém-se, apenas, a reiterar que não estava ciente dos atos corruptos praticados por seus auxiliares.

4ª Pergunta: William Bonner: *Só uma observação candidato, no caso específico do mensalão, esse escândalo da corrupção, na verdade, o governo não denunciou nada, a denúncia partiu lá depois daquele escândalo nos Correios e, mais tarde, com as revelações, as denúncias do ex-deputado Roberto Jefferson. Mas a pergunta que eu queria fazer ao senhor diz respeito à traição. O*

senhor disse que, a todos os brasileiros, nesse caso, que foi traído, mas até hoje o senhor não disse quem foi que traiu o senhor, não deu os nomes dos traidores. Num outro momento, por outro lado, o senhor manifestou solidariedade abertamente a ex-deputados petistas e a ex-ministros seus. Antes de se tornar presidente, a memória que o Brasil tem, candidato, era de alguém que veementemente cobrava punição para quem quer que aparecesse diante de uma câmara de televisão suspeito de alguma coisa, mesmo que as culpas não tivessem sido provadas ainda. O que foi que fez o senhor mudar tanto de comportamento?

4ª Resposta: Lula: *Primeiro, você deve estar falando de outra pessoa. Eu nunca pedi para que alguém fosse condenado antes de se provar a sua culpa.*

Novamente, a categoria da relação é infringida. Nesse caso, no momento em que o interlocutor não responde porque houve mudanças no seu comportamento. O entrevistador, em sua fala, dá evidências de que o candidato, quando não desempenhava o cargo de presidente da República, costumeiramente, “cobrava punição para quem quer que aparecesse diante de uma câmara de televisão suspeito de alguma coisa, mesmo que as culpas não tivessem sido provadas ainda”. Insinua, ainda que, no momento presente, o candidato persegue a necessidade de que haja provas contundentes para que os seus cooperadores sejam considerados culpados.

5ª Pergunta: Fátima Bernardes: *Mas o fato dele (Paulo Okamoto), de aliados dele, terem tentado tanto bloquear aquela quebra de sigilo, não pode levar o eleitor a pensar que havia algo a esconder?*

5ª Resposta: Lula: *É um direito dele não querer quebrar o sigilo dele. É um direito de qualquer cidadão. Amanhã, isso pode estar acontecendo com você, pode estar acontecendo comigo, pode estar acontecendo com o William e nós vamos utilizar todos os mecanismos que o direito nos dá para que nós possamos nos defender.*

Observamos, de novo, que a categoria da relação é violada, pois o interlocutor não fornece evidências para fundamentar o que foi questionado. O entrevistado, apenas, se restringe a mencionar que Paulo Okamoto tinha o direito de não querer que o seu sigilo bancário fosse quebrado. Vai mais além, prosseguindo a sua fala, afirmando que esse “é um direito de qualquer cidadão”.

6ª Pergunta: William Bonner: *Presidente, vamos falar um pouquinho de segurança pública. Antes do senhor assumir a presidência, quando candidato, o senhor repetia: o Brasil não produz cocaína. Pra gente combater tráfico de cocaína, tráfico de arma tem que fechar as fronteiras, tem que reforçar a Polícia Federal, é um trabalho da Polícia Federal, nas fronteiras, nos portos, nos aeroportos do Brasil. Há quatro anos, o senhor é o comandante maior da Polícia Federal brasileira e, no entanto, o que se percebe hoje é que o tráfico aterroriza ainda mais a população brasileira. Onde é que o senhor errou?*

6ª Resposta: Lula: *Eu penso que nós precisamos conversar esse assunto com a maior seriedade. Em primeiro lugar, o Brasil tem praticamente 17 mil quilômetros de fronteira, não são 17 metros. São 17 milhões, 7,760 milhões de costa marítima e quase 9 milhões de fronteira seca. Se você tivesse um exército de 3 milhões de soldados, ou a Polícia Federal com 4 milhões, ainda assim você não controlaria toda a nossa fronteira*

O interlocutor se isenta de apontar os deslizes cometidos, na sua gestão, quanto à segurança pública. Argumenta que a persistência do problema do tráfico (cocaína, arma, etc.) é devida à

extensão da fronteira brasileira, que é um fato geográfico, ou seja, não se poder alterar essa extensão territorial, e indevidamente, atribui a responsabilidade pelo tráfico no Brasil à mencionada extensão territorial. Com a resposta dada, atestamos que, mais uma vez, a categoria da relação foi quebrada.

Verificamos que, dentre as categorias conversacionais de Grice, a mais violada nos enunciados apresentados foi a da relação (“Seja relevante”), uma vez que, repetidamente, o interlocutor, com a finalidade de obter votos dos seus eleitores, se nega a dar respostas que atestem a corrupção da sua administração como presidente da República (período de 2003 a 2006), e assim, comprometa a sua reeleição.

Austin (1990) e Searle (2002) asseveram que o uso da língua, raramente, ocorre apenas para transmitir informação. Considerando isso, o candidato Lula, ao dar as suas respostas, não parece estar comprometido em fornecer as informações solicitadas. Ao contrário, está interessado em expor o que lhe convém, e conseqüentemente, ser reeleito.

Ainda ressaltamos a noção de contexto apresentada por Armengaud (2006) - “situação concreta em que os atos de fala são emitidos, ou proferidos, o lugar, o tempo, a identidade dos falantes etc., tudo o que é preciso saber para entender e avaliar o que é dito”. A entrevista foi divulgada por uma emissora de televisão responsável pela formação de opinião de grande parte da nação brasileira. Além disso, possivelmente, é de interesse da mesma que esse poder influenciador seja perpetuado. Provavelmente, o candidato, ao ser entrevistado, naquele contexto, estava ciente disso, o que pode ter contribuído para que suas respostas não tenham sido contra-argumentadas, com veemência, pelos entrevistadores.

3. Conclusão

A partir da análise efetuada, percebemos uma outra possibilidade de o texto ser interpretado em sala de aula: ao invés de o professor disponibilizar tarefas que se concentram apenas no estudo gramatical, ele pode levar o aluno a olhar o texto sob uma perspectiva argumentativa, o que pode instigar a postura crítica do aluno. Ou seja, este poderia ser orientado para discorrer sobre por quais razões o interlocutor não fornece respostas relevantes às questões efetuadas pelos entrevistadores.

Além disso, na correção dos textos escritos, as máximas podem ser utilizadas como parâmetros para propor a reescritura das produções do aluno, o que pode ser uma prática mais efetiva do que a que frequentemente ocorre na escola – sinais marcando apenas os erros gramaticais.

REFERÊNCIAS

- ARMENGAUD, Françoise. (2006). *A pragmática*. São Paulo: Parábola Editorial.
- AUSTIN, John Langshaw. (1990). *Quando dizer é fazer*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- ESPÍNDOLA, Lucienne. (2004). *A entrevista: um olhar argumentativo*. João Pessoa: EDUFPB.
- GRICE, H. P. ‘Lógica e conversação’. (1982). In Dascal, M. (Org.) *Fundamentos metodológicos da lingüística*, vol. IV. Campinas.
- MARCONDES, Danilo. (2005). *A pragmática na filosofia contemporânea*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. (1988). Manifestações de poder em formas assimétricas de interação. *Investigações*, Recife, vol 01, p. 51-70.
- _____. *Gêneros textuais: o que são e como se classificam*. (mimeo).
- SEARLE, John R. (2002). *Intencionalidade*. São Paulo: Martins Fontes.